

VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



Cidades Inteligentes e Sustentáveis: O Papel da Educação na Transição Verde

Autor(es)

Ana Maria Foguesatto
Diogo Ricardo Martins Balestra
Lauryn Luiza Pires Felice
Givago De Almeida Brasbie Padilha
João Vitor Fioravante Benvegnu
Bernardo De Quadros Monçalves
Thaiza Machado Pereira

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE DE DIREITO DE URUGUAIANA - ANHANGUERA

Introdução

O crescimento urbano acelerado e as preocupações com as mudanças climáticas impulsionam a busca por modelos de desenvolvimento que conciliem progresso econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Cidades inteligentes e sustentáveis surgem como uma abordagem promissora, aprimorando a qualidade de vida urbana através da inovação tecnológica e gestão eficiente de recursos. A transição para essas cidades, contudo, exige uma profunda transformação cultural e social, com a educação desempenhando um papel central. A educação ambiental é essencial para capacitar cidadãos, promover a conscientização sobre desafios socioambientais e fomentar a participação ativa na construção de um futuro urbano mais resiliente e equitativo. Este resumo expandido explora a intersecção entre cidades inteligentes, sustentabilidade e o papel catalisador da educação na transição verde, alinhada aos ODS da ONU e preceitos constitucionais ambientais.

Objetivo

Analizar a importância estratégica e jurídica da educação ambiental na construção de cidades inteligentes e sustentáveis, destacando seu papel na efetivação da transição verde e no cumprimento da Agenda 2030 da ONU.

Material e Métodos

O presente estudo baseou-se em uma revisão bibliográfica e documental, com foco em literatura especializada sobre cidades inteligentes, desenvolvimento sustentável, educação ambiental e legislação pertinente. Foram consultados artigos científicos, relatórios de organizações internacionais (como a ONU), documentos governamentais e obras de referência que abordam a temática da sustentabilidade urbana e o papel da educação. A análise jurídica considerou a Constituição Federal Brasileira e outros marcos legais relacionados à proteção ambiental e ao direito à cidade. A metodologia buscou identificar os principais desafios e oportunidades para a integração da educação ambiental nas políticas de desenvolvimento urbano sustentável.

Resultados e Discussão

Anais do VI Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica: Direito, Mudanças Climáticas e Justiça Ambiental, 6ª edição, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2025. Anais [...]. Londrina, Editora Científica, 2025. ISBN 978-65-01-76742-0

VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



A educação ambiental é um pilar essencial para a governança democrática e a promoção de práticas sustentáveis em ambientes urbanos. Ela capacita cidadãos a compreenderem problemas socioambientais, adotarem comportamentos responsáveis e participarem ativamente na formulação de políticas públicas. A articulação da educação ambiental com gestão urbana sustentável potencializa a efetividade das ações, contribuindo para a materialização da cidade resiliente e o cumprimento da Agenda 2030 da ONU. A análise jurídica reforça que a educação ambiental, integrada ao arcabouço legal, fortalece a proteção ambiental e o direito à cidade sustentável. A superação dos desafios exige compromisso contínuo com a educação em todos os níveis, desde a educação formal até campanhas de conscientização, garantindo que a sociedade esteja equipada para impulsionar a transformação sustentável, com cooperação internacional e fortalecimento institucional (ODS 16 e 17).

Conclusão

A educação ambiental é estratégica e jurídica para cidades resilientes e uma economia verde, essencial para o cumprimento da Agenda 2030 da ONU e preceitos ambientais. Capacita cidadãos, fortalece a governança democrática, impulsiona práticas sustentáveis e contribui para múltiplos ODS. A intersecção entre democracia e sustentabilidade é vital para mitigar desafios socioambientais, promovendo um futuro urbano equitativo e ecologicamente equilibrado.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Muito além da Economia Verde. São Paulo: Ed. Abril, 2012.
- BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030. Petrópolis: Vozes, 2020.
- LEFF, Enrique. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder. 9ª ed. Petrópolis, Ed. Vozes, 2012.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito a informação e meio ambiente. 2 ed., ampl. E atual. – São Paulo: Malheiros, 2018
- MEDEAGE. Educação ambiental: O caminho para cidades sustentáveis e resilientes. Disponível em: <https://www.medage.com.br/blog/educacao-ambiental-o-caminho-para-cidades-sustentaveis-e-resilientes>. Acesso em: 31 jul. 2025.
- MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. Economia ambiental. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.